

EDITORIAL

Conquistas e ameaças

O MEC confirmou o que a reitoria da UFG havia indicado em reuniões com docentes de Jataí: a universidade será, de fato, gestora das novas universidades UFCAT e UFJ. Professores reclamam falta de diálogo sobre o processo, conversas de corredores, reitoria distante da comunidade acadêmica. Segundo o Ministério, "a nomeação dos reitores pró-tempore precisa seguir o que diz a legislação, sendo prerrogativa do ministro de Estado da Educação". Mas acrescentou que tudo será feito dentro da autonomia das instituições e com a participação da comunidade acadêmica.

A Sede Campestre do Adufg-Sindicato conquistou, depois de muitas etapas, o título de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Esta edição traz um especial sobre esse espaço, adquirido em 1991 pela então associação dos docentes, e idealizado desde 2011 para se tornar uma reserva protegida - processo que culminou na aquisição do título em dezembro de 2017. Essa conquista dos docentes foi comemorada no último Sabadart, assim como a reinauguração do lago e do Dia do Trabalhador.

O ensino superior gratuito continua sob ameaças do Governo Federal. Relatório da UFG demonstra contradições na justificativa da cobrança de mensalidades pelas Ifes. Além disso, o país regrediu oito anos em relação aos investimentos na educação brasileira.

Outro ponto alarmante é a Emenda Constitucional 95/2016 (PEC do Teto) que, dentre outras medidas, impacta diretamente o Magistério Superior. Segundo pesquisadores, se aprovada a EC 95 vai inviabilizar o ensino superior público no Brasil. Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Insalubridade

Comissão do ICB encaminha documento ao SIASS

Páginas 11

MEC confirma:

UFG será tutora da UFJ e UFCAT durante a estruturação

Páginas 6



LGBTTfobia

O papel da universidade no combate ao preconceito

Página 7



40 anos

Marco Antônio Sperb Leite e Américo Tristão Relembra os tempos de presidência

Página 13



Sabadart

Evento comemorou a reforma do lago e transformação da Sede Campestre em Reserva Natural

Página 8 e 9

Trajeto

Goiamérico Felício, aposentado das salas de aula mas não da estrada

Página 16

prestação de contas

Fevereiro de 2018

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	329.177,46
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	380,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.885,31
1.4	Receitas Financeiras	6.122,56
1.5	Outras Receitas	5.000,00
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		342.565,33

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	71.678,97
2.1.2	Encargos Sociais	33.095,01
2.1.3	Seguro de Vida	649,57
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	728,35
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	2.055,34
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	751,63
Total R\$		109.508,87

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.995,63
2.2.2	Despesas com Correios	614,13
2.2.3	Energia Elétrica	3.460,43
2.2.4	Honorários Advocatícios	10.830,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.792,50
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	7.511,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.450,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.373,98
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.750,01
2.2.13	Serviços de Informática	1.553,95
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	1.821,15
Total R\$		44.474,08

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	2.214,94
2.3.2	Despesas com Táxi	529,32
2.3.3	Despesas com Coral	4.384,27
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	824,46
2.3.5	Diárias de Viagens	10.143,23
2.3.6	Tarifas Bancárias	433,63
2.3.7	Lanches e Refeições	1.979,70
2.3.8	Quintart	10.101,68
2.3.9	Patrocínios e Doações	8.420,50
2.3.10	Manutenção de Veículos	470,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	4.549,86
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.158,98
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	8.877,81
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.058,90
2.3.17	Material de expediente	1.349,39
2.3.18	Outras despesas diversas	6.130,57
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.154,53
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.009,78
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.083,14
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	240,50
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Festa do Professor Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	1.983,80
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.000,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	1.470,93
Total R\$		74.569,93

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.465,49
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	679,45
Total R\$		3.144,94

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.092,94
Total R\$		27.092,94

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		258.790,76
3 Resultado do exercício 03.2018 (1-2)		83.774,57

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	1.574,50
4.1.5	Computadores e Periféricos	9.492,01
4.1.6	Outras Imobilizações	4.600,00
Total R\$		15.666,51

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	14.077,50
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		14.077,50

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
Total R\$		0,00

Total Geral dos Investimentos R\$		29.744,01
5 Resultado Geral do exercício 03.2018 (3-4)		54.030,56

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Envelhecer

Como médico idoso trabalho, escrevo e estudo coisas novas. É importante ao idoso, ainda, poder aprender. Escrevi este artigo convicto de que o conhecimento em geral e o conhecimento neurobiológico, em particular, têm uma função importante a desempenhar no destino humano. Convicto de que, se realmente o quisermos, o profundo conhecimento do cérebro e da mente ajudará a alcançar a felicidade. A voz do cientista pode ser mais do que o mero registro da vida tal como ela é. O conhecimento científico pode constituir um pilar que ajuda os seres humanos a resistir e a vingar. A comunicação e a habilidade para conseguir mais informações são experiências libertadoras. Aprendi a conhecer pessoas que nenhuma força chegar a dobrar, tão firme e seguramente se apoiavam na vida. Se um conhecimento as empurrava, levantavam tão depressa como haviam caído. Mantinham-se firmes, fortes e tranquilas, imperturbáveis, sempre dispostas a recomeçar, a lutar, a receber novas desilusões, a sofrer, a pelear, a vencer outra vez depois de haver sucumbido. Triunfavam sobre si mesmos e sobre as contrariedades. Entre as inúmeras que tive alegria de conhecer os médicos, Brasil Ramos Caiado, Hélio Seixo de Britto, Joffre Rezende, Francisco Ludovio, Nabyh Salum e Luiz Rassi. Ninguém jamais saberá tudo a respeito do que quer que seja. A ciência, por ser autorrenovadora, está sempre na dependência de pesquisadores que, com curiosidade, competência e argúcia, ampliam os seus horizontes e criam possibilidades de tornar-se seres mais felizes. Desenvolver uma atividade, dedicar-se a algo ou simplesmente estudar são coisas necessárias à felicidade do ser humano. Ele deseja ativar suas forças e, de alguma maneira, sentir o êxito dessa atividade. É bom sintetizar e selecionar suas leituras. Na atividade intelectual há um crescer, um desenvolvimento, uma evolução. O contato com a natureza é muito importante, não esquecer do seu dia a dia a poesia e a música. Adote a regra de ler um pouco de poesia e ouvir um pouco de música várias vezes todas as semanas. A perda desses gostos é uma perda de felicidade e pode ser prejudicial ao intelecto e, mais provavelmente, ao caráter moral, debilitando a parte emocional da nossa natureza. "Ser jovem é ter planos e projetos". É necessário que o velho viva e usufrua plena e dignamente. Se você realmente quer fazer alguma coisa, não ensaie. Na dedicatória do livro Decida Hoje, do geriatra Renato Maria Guimarães escreveu para mim: "A vida é uma travessia que seja longa e feliz". O envelhecer é uma fase na minha travessia para que eu passa apreender mais, e possa transmitir as coisa novas.

Eumar Almeida de Britto é professor aposentado do IPTSP e acadêmico emérito da Academia Goiana de Medicina

Observações da prestação de contas:

No mês de março de 2018 o Adufg-Sindicato adquiriu um lote, localizado na 9ª Avenida, no setor Leste Vila Nova. Por isso, nesse mês foi realizado o resgate de R\$ 1 milhão da aplicação do sindicato. A compra do lote, somada às despesas com cartório R\$ 5.382,26, somam R\$ 1.005.382,26. No mês de março de 2018 as receitas do Quintart somaram R\$5.380,00, referentes à venda de ingressos e aos patrocínios. As despesas foram de R\$10.101,68. Portanto, o valor gasto pelo Adufg-Sindicato foi R\$4.721,68.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 46
Maio de 2018

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636 GO)
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228 GO)
Edição e reportagem

José Abrão (JP 3331 GO)
Reportagem

Bruno Destéfano
Estagiário

Diagramação: Bruno Cabral

Data de fechamento: 14/05/2018

Tiragem: 4.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](https://www.facebook.com/adufgsindicato)

www.adufg.org.br



Luciene Dias*

Cota para acompanhar!

Na busca por compreender a aplicação da política de cotas, nos pautamos pela especificidade e a primeira pergunta a ser feita gira em torno de como opera o racismo no Brasil. A resposta é complexa na teoria e extremamente simples na prática. Um simples olhar sobre a composição de poder em nosso país nos mostra que nem todos os perfis de pessoas ocupam efetivamente todos os espaços. Ser maioria – o estado de Goiás tem 56,2% de pessoas negras entre sua população – não garante a replicação do mesmo percentual em termos de representatividade. Se representatividade é o que não temos, devemos buscá-la em políticas públicas, a exemplo das cotas nas universidades.

O pensamento colonial impõe que toda pessoa negra no Brasil é preterida dos espaços de poder. Em uma breve mirada nos mais altos postos percebermos que se temos mais de 50% da população nacional composta de pretos, pardos e indígenas, estas pessoas jamais alcançaram a presidência da República, a representatividade no Legislativo ou no Judiciário. Crianças não são atendidas por pediatras negros e negras ou indígenas. Docentes são mais brancos na medida em que a exigência da qualificação aumenta para o desempenho da profissão. Nossas novelas, mesmo as com set de gravação na Bahia, mantêm um elenco que nos transporta magicamente para a sensação de estarmos na Alemanha ou na Dinamarca.

Em seus mais de 50 anos, a UFG ainda não teve um reitor ou reitora negra. Nossa base de dados ainda não dá conta de dizer sequer quantos somos e onde estamos. Porque o racismo opera a partir de caracteres fenotípicos, nas relações sociais, e não a partir do sangue, nosso corpo docente é majoritariamente branco. Nossos estudantes apresentam-se mais negros na extensão e passam por um processo de branqueamento se escalamos graduação, mestrado e doutorado. Nossas faculdades ficam mais brancas na mesma proporção em que se identificam com a ciência chamada hard e mais negras e indígenas nas unidades mais passíveis de questionamento quanto à credibilidade científica. Como no restante do Brasil, também aqui carecemos de representatividade e a nossa medida para ver essa carência ainda é o olhar cotidiano que racializa, pune e mata.

Uma das formas de superar institucionalmente essa carência é a adoção de políticas públicas consistentes em tempos de perda cotidiana de direitos. Experimentações vêm sendo feitas e a composição das chamadas bancas de verificação é uma medida necessária para evitar que estas políticas sejam fraudadas. Fazemos referência específica à Lei de Cotas – 12.711/2012 –, que reserva pelo menos 50% das vagas nas universidades públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Pela lei, esta reserva deve alcançar pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, e com deficiência, nos termos da legislação. Ainda que deve ser observada a proporção entre o total de vagas e a respectiva população de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na unidade da Federação onde está instalada a instituição de ensino.

Seguindo os levantamentos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somos um estado com forte presença negra e, também por isso, temos que oferecer nossa formação e experiência para garantir que a lei seja aplicada adequadamente. A Lei de Cotas requer estudos e precisa ser acompanhada como todas as demais. Neste sentido, as comissões de verificação chamam para si o compromisso em fazer valer a lei no processo de construção de uma sociedade cidadã.

O desafio é imenso porque vivemos em um Brasil onde ainda é necessário explicar que para combater o racismo precisamos compreender como o mesmo opera, muito embora grande parte das pessoas que poderiam combatê-lo dediquem tempo e força para negar sua existência. Por aqui, a vergonha de ser racista faz com que o discurso se consolide pela negação do racismo e não pelo combate ao mesmo ou

pela mudança de comportamento. Muitas pessoas argumentam que a cota deixa de fora quem tentou burlar o sistema e foi barrado a partir da atuação de uma banca de verificação, mas não atuam para combater um sistema que exclui milhões que ficaram de fora a partir da atuação de uma sociedade racista.

Questionamentos como os que acompanhamos no último processo seletivo são solo fértil. Embora tenhamos visto muito ignorância quanto ao fato de que o racismo, no Brasil, opera a partir da fenotipia e não do sangue, também presenciamos instituições públicas revendo posições e se comportando, para nossa conquista, como aprendizes de cidadania. Situação complexa em que instituições de ensino buscam composição representativa para suas bancas e descobrem que o problema é maior, uma vez que não temos corpos negros entre docentes nas universidades. Gente que se diz especialista demonstrando que não compreende que quando falamos negros, estamos entrando no universo populacional de pretos e pardos. Estamos

diante de uma praça de dúvidas e enganos, mas também de trocas e aprendizagens.

Da experiência, compreendemos que a lei sozinha não garante cidadania. Cotas demandam acompanhamento. Cotas são para as vítimas cotidianas do racismo, que enfrentam com seus corpos os embates. Para identificar quem tem direito às cotas, temos a obrigação de saber como opera o racismo no Brasil. Não sofremos racismo por termos uma pessoa negra na família ou uma gota de sangue negro em nossas veias. Não sofremos racismo por nos compadecermos com a dor das pessoas negras. Não sofremos racismo por admitir que o Brasil é miscigenado. Sofremos racismo porque somos negros, negras e indígenas! E sabemos disso a cada olhar enviesado ou violência física imposta diretamente aos nossos corpos negros e indígenas. Que as bancas de verificação façam seu trabalho sabendo que sim, o sistema pode ser burlado, e, por isso, requer acompanhamento.

*Luciene Dias é antropóloga e estudiosa das relações étnico-raciais e de gênero, professora da Faculdade de Comunicação e Informação (FIC)

“ Em seus mais de 50 anos, a UFG ainda não teve um reitor ou reitora negra. Nossa base de dados ainda não dá conta de dizer sequer quantos somos e onde estamos ”



Platon Neto*

Dia Internacional dos Trabalhadores: há algo a ser celebrado?

Também conhecido como Dia do Trabalho, o dia 1º de maio é festejado em quase todos os países do mundo. A origem da data remonta ao ano de 1886, nos Estados Unidos, quando houve uma greve geral, com forte adesão dos trabalhadores, especialmente os da cidade de Chicago, que reivindicavam, entre outros benefícios, a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Algumas pessoas morreram nas manifestações que se seguiram àquele dia. Para homenagear os mortos nos conflitos, foi criado, pela Segunda Internacional Socialista, reunida na capital francesa no ano de 1889, o Dia Internacional dos Trabalhadores, que passaria a ser celebrado naquela data (1º de maio), anualmente, a partir de então.

No Brasil, surgiram, nessa época, as primeiras normas de proteção aos trabalhadores. Em 1891, foi assinado o Decreto 1.313, proibindo o trabalho de crianças menores de 12 anos nas fábricas do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Alguns anos depois, foi autorizada a criação de sindicatos de trabalhadores urbanos, profissionais liberais e de cooperativas (1907). Foram regulamentadas as indenizações por acidentes de trabalho no ano de 1919 (coincidentemente o mesmo ano de criação, em âmbito global, da Organização Internacional do Trabalho – OIT).

Em outros países, os trabalhadores continuavam lutando por seus direitos, e no início do Século XX surgiram diversas leis protetivas nas nações civilizadas. No campo constitucional, merecem destaques a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919, as primeiras a consagrarem efetivamente os direitos sociais em seus documentos, incluindo os direitos trabalhistas, servindo como marco para ascensão do Estado Social. Dali para frente espraíram-se, pelos diversos cantos do planeta, textos constitucionais e infraconstitucionais garantindo proteção aos operários.

Em 1º de maio de 1941, pelo simbolismo da data, foi oficialmente instalada, em terras brasileiras, a Justiça do Trabalho, que passou a fazer parte do Poder Judiciário somente com a Constituição de 1946. Esse órgão judiciário se dedica há décadas a resolver os conflitos decorrentes da relação capital-trabalho em nosso País. A CLT, por sua vez, surgiu em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio daquele ano. De lá para cá, inúmeras leis surgiram, aumentando o aparato de proteção ao trabalhador. A Constituição de 1988 elencou uma série de direitos laborais, sobretudo nos artigos 7º (direitos individuais) e 8º (coletivos), reconhecendo-os como direitos fundamentais. Por sua vez, a Jurisprudência dos Tribunais Trabalhistas também se mostrou bastante protetiva. Tudo caminhava para um fortalecimento cada vez maior da classe trabalhadora.

Todavia, esse movimento pró-trabalhador foi fortemente freado com a Reforma Trabalhista do atual Governo, que entrou em vigor no final do ano de 2017, que acabou sendo aprovada a “toque de caixa”, estratégia que acabou se mostrando eficiente para as pretensões neoliberais governistas, como se verificou pelo resultado da demora da tramitação e conseqüente fracasso da Reforma da

Previdência. A Exposição de Motivos do Projeto de Lei que deu origem à Reforma Trabalhista demonstra claramente o alinhamento ideológico com a classe patronal. São diversos os dispositivos reproduzidos ou cujas ideias foram extraídas de um documento intitulado “101 Propostas para Modernização Trabalhista”, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria.

Sob o argumento de que os índices de emprego seriam melhorados, mais de cem dispositivos da CLT foram alterados. Entre outras mudanças, a Reforma Trabalhista flexibilizou a jornada de trabalho, permitindo banco de horas por até seis meses por acordo individual escrito, acabou com as horas in itinere, permitiu trabalho de gestante em locais insalubres, regulamentou o teletrabalho e o trabalho intermitente, como antes salientado, limitou os danos morais (criando um sistema de tarifação) e excluiu parcelas que antes integravam a remuneração do empregado.

No campo processual, impôs o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais à parte vencedora, tanto a empregados quanto a empregadores vencidos. Dificultou a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita a trabalhadores necessitados. E mesmo havendo o benefício da Justiça Gratuita, compeliu os trabalhadores ao pagamento de honorários periciais e advocatícios de sucumbência em caso de derrota. Por outro lado, é certo que alguns abusos aconteceram. Muitas ações irrazoáveis foram propostas. Em razão disso, os “bons” acabaram “pagando pelos maus”. O acesso à justiça tem sido prejudicado e o resultado é a diminuição de 40 a 50% das ações trabalhistas no Brasil, em média, após a Reforma.

O que não se deseja é que, com receio, o trabalhador deixe de buscar seus direitos na Justiça do Trabalho. Não se pode permitir a exploração da mão-de-obra sem que se possa tutelar esses direitos. Daí porque a interpretação da lei trabalhista deve ser sempre a mais favorável ao trabalhador, inclusive a oriunda da Reforma Trabalhista, podendo-se reconhecer ainda a inconstitucionalidade de certos dispositivos, tanto na modalidade difusa quanto na concentrada.

O pior de tudo é que a propalada queda no desemprego, o aumento do investimento internacional, a melhora no crescimento econômico – utilizados como argumentos para a Reforma Trabalhista – não vieram. Os resultados da economia são sofríveis. As pesquisas mostram um desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre de 2018 abaixo do esperado, inferior a 1%. No mesmo período, o desemprego foi de 13,1%, em média, maior taxa desde maio de 2017. A renda do brasileiro continua encolhendo. Ou seja, estamos vivendo o “pior dos dois mundos”.

Diante desse cenário, devolvo ao leitor a pergunta: há algo a ser celebrado?

**Platon Neto é professor adjunto de Direito Processual do Trabalho da Faculdade de Direito da UFG (FDUFG), doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Direitos Humanos pela UFG e juiz titular da Vara do Trabalho de São Luís de Montes Belos (GO)*

“ O que não se deseja é que, com receio, o trabalhador deixe de buscar seus direitos na Justiça do Trabalho ”

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

CONFRONTO

A Polícia Militar entrou em confronto com estudantes da UnB em 26 de abril. Quatro pessoas foram detidas. Os estudantes protestavam na Esplanada, em frente MEC e estavam parados em frente ao prédio, com placas e cartazes. Foram surpreendidos por uma bomba de gás lançada pela tropa de choque, que avançou a pé e a cavalo em direção aos estudantes. É a segunda vez, apenas em abril, que estudantes da UnB entram em confronto com a PM. Por causa da intensa crise financeira da instituição, os estudantes ocupam o prédio da reitoria e realizam manifestações constantes em prol da educação pública de qualidade no Brasil.



Barbara Zaiden

Estudantes do primeiro período do Curso de Psicologia, de Catalão, durante orientação do monitor na disciplina de Anatomia. As aulas acontecem no novo campus da Universidade Federal de Catalão, a UFCAT. O prédio está sendo preparado e equipado para receber o Curso de Medicina.



José Abrão

O pátio que fica entre a Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), o Instituto de Física e a Faculdade de História (antigo FCHF) está de visual novo. Vários grafites coloreem o lugar. Alguns, como o das fotos, estão sendo finalizados.

Minas Gerais

Professores grevistas da rede municipal e a polícia militar também entraram em conflito no centro de Belo Horizonte. Foi em 23 de abril. A PM usou bombas de gás e jatos de água para liberar a avenida Afonso Pena.

Greve

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal (SindRede-BH), a categoria reivindica equiparação salarial da carreira da educação infantil à do ensino fundamental. Até o prefeito da cidade, Alexandre Kalil (PHS), saiu da prefeitura para questionar a ação dos policiais.

Em Goiás

Os professores da rede municipal de ensino de Anápolis também entraram em greve, em 3 de maio. Desde então realizam manifestações na cidade. Eles reivindicam o pagamento do restante da data-base, o cumprimento das progressões verticais, entre outras. Quase 50 escolas já aderiram à paralisação.

MEC

A secretária-executiva do Ministério da Educação (MEC), Maria Helena Guimarães de Castro, pediu exoneração do cargo no dia 8 de maio. Ela defendia a cobrança de mensalidades nas universidades públicas e esperava assumir o cargo de ministra após a saída de Mendonça Filho. Ela declarou que “não fazia sentido” continuar no governo.

Cotas

De 2.099 inscrições de candidatos aprovados na UFG, 245 foram impedidos de fazer matrícula após avaliação da Comissão de Verificação de Autodeclaração de cotas. A informação é do Jornal O Popular.

Sistema de avaliação

Em 2018 a avaliação passou a ser feita no momento da matrícula. Antes só era feita em caso de denúncia. O intuito é evitar fraudes nas vagas reservadas a cotistas.

Parda

O sistema está sendo questionado pois a estudante Aline Fernandes Vieira, aprovada para Odontologia, se declarou parda e teve o processo indeferido.

Alerta

O Proifes publicou nota de alerta pelo avanço da privatização da educação superior e básica. Após anúncio da compra da Somos Educação pela Kroton Educacional. A federação convocou a sociedade a lutar contra a “privatização e mercantilização” da educação.

Inversão

Para a federação, a lógica o capital inverte a lógica da cidadania e retira os direitos básicos do cidadão. Portanto, é preciso lutar por uma educação pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

IEAL

A Internacional de Educação para América Latina (IEAL) realizou reunião em Curitiba com a presença do presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves, e representantes do Brasil, Argentina, Chile, Peru, Colômbia e República Dominicana. A principal pauta foi a EC 95.

35º Congresso da UEE

Foi realizado em Anápolis 35º Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE). O tema foi “Defender a Educação é defender a soberania nacional”. O vice-presidente do Adufg-Sindicato, Walmirton Tadeu D’Alessandro, participou do encontro.

35º Congresso da UEE

Foi realizado em Anápolis 35º Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE). O tema foi “Defender a Educação é defender a soberania nacional”. O vice-presidente do Adufg-Sindicato, Walmirton Tadeu D’Alessandro, participou do encontro.

Docência

O primeiro encontro do Curso de Docência no Ensino Superior ocorreu no dia 12 de abril. O evento marca o início da atuação acadêmica para o exercício do Magistério, para os docentes recém-ingressantes na UFG. 80 docentes participaram do curso.

Luta

A professora Ana Christina Kratz, diretora do sindicato, esteve presente. Ela parabenizou os novos docentes, mas enfatizou que o momento atual é de ataques ao serviço público.

Serviço público

Kratz ainda declarou que “o sistema público como um todo está sendo desmanchado, e a universidade tem um papel fundamental para ajudar a sociedade brasileira a sair dessa crise, ajudando-a a traçar seu próprio destino, de forma independente e soberana”. Ela também destacou o importante papel do professor nessa luta.

Dívida

Segundo O Popular, a dívida da UFG chega a R\$ 17 milhões, confirmada pelo reitor, Edward Madureira.

Empréstimo

O Senado Federal aprovou empréstimo de US\$ 250 milhões, cerca de R\$ 873.8 milhões, do Ministério da Educação (MEC) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O dinheiro será destinado à implantação do Novo Ensino Médio no DF e em todos os Estados da federação.

UFG será gestora da UFCAT e UFJ

Informações dadas pelo reitor foram confirmadas pelo MEC

Bárbara Zaiden



Na UFCAT (foto), a reunião ainda não aconteceu

Segundo o Ministério da Educação (MEC) a UFG será tutora das novas universidades Federal de Jataí (UFJ) e Federal de Catalão (UFCAT). As informações foram confirmadas pela Assessoria de Comunicação Social. O reitor da UFG, professor Edward Madureira Brasil, já havia apontado essa possibilidade em reunião com os docentes da UFCAT e a diretoria do Adufg-Sindicato, no dia 27 de abril.

O MEC ainda confirmou as informações dadas pelo reitor e pela vice-reitora, Sandramara Matias. Afirmou ao JP que tem dialogado com as universidades tutoras, que vão assinar um Termo de Cooperação para estabelecer o processo de tutoria. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão precisa liberar essas funções. Só depois o MEC fará a nomeação de reitor e vice-reitor *pro tempore*.

“A nomeação dos reitores *pro-tempore* precisa seguir o que diz a legislação, sendo prerrogativa do ministro de Estado da Educação. No entanto, essa nomeação ocorre para que possa haver o processo de eleição do primeiro reitor efetivo, o que será feito dentro da autonomia da instituição e a participação da comunidade acadêmica”, afirma a assessoria do ministério.

“A primeira informação que tivemos é que UFG seria tutora. A intenção da reitoria é cooperar de forma mais transparente possível. A universidade tutora tem um papel que diz respeito aos processos administrativos e acadêmicos e, para

isso, é construído um termo ou protocolo de cooperação entre as duas universidades definindo responsabilidades de cada um. [...] A tutora não intervém na autonomia da nova universidade”, diz a vice-reitora Sandramara.

Durante o processo de estruturação dessas instituições, a universidade tutora guia as novas universidades e fornece o auxílio necessário para a organização administrativa e burocrática. Atualmente, outras três universidades foram criadas: Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Piauí), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Garanhuns, Pernambuco), Universidade Federal de Rondonópolis (Mato Grosso), todas a partir de desmembramento de campus.

O MEC informou que, assim como em Goiás, as demais instituições serão tutoradas pelas instituições de origem. Em Catalão a reunião será em junho.

Falta diálogo

Na semana anterior à reunião com reitor, em Jataí, durante o evento Mais Sindicato, promovido pelo Adufg-Sindicato, os professores reclamaram da falta de diálogo entre a reitoria e a comunidade acadêmica, que, segundo eles, não foi ouvida.

“Os professores reclamaram que não estavam sendo oficialmente informados sobre o processo. As notícias vinham somente de conversas informais, de que reuniões estavam sendo realizadas pelo ‘grupo gestor’ mas sem a participação da comuni-

dade”, afirmou o diretor de Assuntos Interinstitucionais do Adufg Sindicato e professor da UFJ, Luis Contim.

Por isso, foi necessário que o sindicato fizesse o intermédio entre a UFJ e a UFG. “O que todos nós temos passado é isso de ouvir conversa de corredor, que muito nos assusta. Claro que são boatos, mas a gente ouve ‘fulano vai ser pró-reitor’. A as informações estão chegando dessa maneira”, contou a professora Ludmilla Maia durante o Mais Sindicato.

Na reunião do dia 27 o reitor se defendeu, afirmou que as informações de reuniões não teriam sido devidamente repassadas à comunidade, mas que isso não significava falta de transparência. Disse, ainda, que promoveu um evento com os chefes das unidades, que deveriam estender o convite ao restante da comunidade. Segundo os professores, isso não ocorreu.

Edward ainda disse que acompanhou o processo de escolha da universidade tutora no MEC. Segundo ele, com isso o processo de implantação da UFJ seria mais simples e rápido, finalizado em dois anos. Afirmou que sugeriu ao Ministério que os atuais diretores de Jataí e Catalão fossem indicados como reitores *pro tempore* por terem sido eleitos pela comunidade e estarem a par da realidade das novas instituições.

“Esse processo em Jataí poderia ter sido conduzido de outra forma, com mais transparência para a comunidade acadêmica, que é o desejo de todos. Muitos falam de rumores sobre a gestão *pro tempore*

já ter sido indicada. Existe a necessidade de maior transparência e diálogo. Se queremos um Brasil melhor, precisamos começar pela universidade”, disse o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva.

Contudo, o professor compreende que isso pode facilitar na adaptação de muitos processos, pois a nova universidade não precisa seguir à risca o mesmo modelo da instituição tutora, mas com ressalvas: “Estou realmente muito preocupado com o que vai acontecer na UFJ”.

A professora Cecília Moreira, do Curso de Medicina Veterinária, enfatizou o empenho dos docentes nesse processo. “Nosso estatuto e regimento será escrito com a participação de cada um de nós. Só aproveitaremos o que for bom [da UFG]. Vamos buscar outras universidades pra conhecer diferenças. Teremos tempo pra isso”, disse.

A diretora de Convênios e Assuntos Jurídicos do sindicato, Ana Christina Kratz, lembrou a importância da mobilização da comunidade acadêmica nesse processo. “Um dos papéis do sindicato é ajudar a mobilizar, mas ele não faz sozinho. Nós assumimos o compromisso de mobilizar, mas não de ser a mobilização”, disse Ana Christina. O diretor Financeiro do sindicato, Thyago Marques, destacou que é importante que os docentes já tenham em vista as propostas concretas que se quer para a nova universidade.

O Jornal do Professor continua acompanhando o processo de estruturação da UFJ e UFCAT.

O papel da universidade contra a LGBTTfobia

Evitar “brincadeiras” maldosas e professores adotarem o respeito e o acolhimento é um começo

O dia 17 de maio marca o Dia Internacional de Combate à LGBTTfobia e foi escolhido graças a uma pequena vitória: neste dia, em 1990, a homossexualidade foi removida da “Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde”, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Contudo, o Brasil é o país que mais mata pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais (LGBTTs) no mundo. Esse tipo de violência é denominado LGBTTfobia.

Em 2016 foram 144 assassinatos. Os dados são dos grupos Trans Brasil e Grupo Gay da Bahia. Apesar disso, a homofobia não é reconhecida como crime pela Justiça brasileira. A LGBTTfobia, seja ela física ou emocional, muitas vezes é sutil, escondida em situações constrangedoras do cotidiano. Nem sempre é uma violência explícita, mas é cotidiana, muitas vezes com olhares ou comentários.

Por isso, a luta contra a LGBTTfobia dentro da universidade também deve ser constante e diária. É preciso políticas de acolhimento para que as pessoas se sintam à vontade com suas individualidades, o que inclui suas sexualidades. Integrar e acolher os estudantes é um dos papéis da instituição de ensino. “Primeiro há a questão institucional de desenvolver projetos que demonstrem que a universidade também é lugar para o homossexual, transexual, [bissexual], enfim, todas formas de vivência sexual”, explica a professora Lívia Gomes dos Santos, do Curso de Psicologia.

Nesse sentido, tem destaque o *Prepara Trans*, curso pré-vestibular gratuito voltado para alunos transexuais que querem ingressar na graduação, organizado por estudantes da UFG. “É um exemplo fantástico de atividade que a universidade pode desenvolver de acolhida e mais do que isso, de reconhecimento des-



Apresentação em Brasília, em 2017



A bandeira LGBTT, símbolo de igualdade

ses sujeitos”, diz.

Trabalhar noções de cidadania, respeito à diversidade, valorização da diferença e direitos humanos também é tarefa importante e permanente de uma universidade. “Na mesma direção, não devemos invisibilizar o problema. A gente tem o costume de dizer que todo mundo é igual, como se não existisse o preconceito, como se não existisse uma violência muito grande contra essas pessoas e o papel da universidade é evidenciar a existência dessa situação”, completa Lívia.

A LGBTTfobia é a violência - seja ela física, emocional, ou em forma de brincadeira - contra as Lésbicas os Gays, os Bissexuais, as Travestis, as Transsexuais (LGBTTs). Nem sempre é explícita, mas o preconceito também pode não ser tão sutil. A LGBTTfobia também mata. O Brasil é o país onde ocorrem mais assassinatos da comunidade LGBTTs devido ao fato de serem como são. Somado a isto está o fato de que a homofobia ainda não é reconhecida como crime pela Justiça brasileira. Isso demonstra a necessidade de debates, conscientização e de combate a esse tipo de violência.

A professora Lívia pontua caminhos para o combate no ambiente acadêmico: o reconhecimento da existência da LGBTTfobia, a redução do impacto dessas violências e o preparo do espaço acadêmico e dos professores para

acolher esses estudantes. “Em algumas faculdades, que têm maior contato com essa questão, como na própria Psicologia, isso geralmente é mais fácil. Mas em outras unidades isto pode gerar um embate muito grande”, completa.

Evitar “brincadeiras” maldosas recorrentes e outros comportamentos que parecem inofensivos, mas que ajudam a perpetuar o preconceito e o sentimento de inospitalidade, é um começo. “Aquela coisa muito comum da família e da sociedade de dizer ‘vira homem’, ‘se comporta como uma mulher’, isso tem que ser apagado da universidade. Precisamos criar formas de preparar os professores para tratar todas as sexualidades, da mesma forma que tratamos pessoas cis e heterossexuais”, defende Lívia.

Para a professora, não basta falar sobre o assunto. O combate à LGBTTfobia e o acolhimento devem ser evidenciados no comportamento dos professores. “Se de um lado temos que combater o preconceito, com a mesma força temos que mostrar para as pessoas vítimas desse preconceito que elas não estão erradas em serem como são”, explica, argumentando que o sentimento de inadequação ajuda a sustentar essa violência. “A vítima realmente se sente como uma pessoa que está fazendo algo que não deveria. Quando conseguimos fortalecer estas pessoas, a gente já avança no combate ao preconceito”, finaliza.



Anos 1970 - O movimento LGBTT surge com os primeiros bares e boates gays. Um registro importante é o jornal *O Lâmpião da Esquina*, fundado em 1978, que denunciava a violência policial e abusos. Clodovil esteve em uma das primeiras capas. No mesmo ano surge o *Somos*, primeiro grupo de afirmação homossexual brasileiro, em São Paulo. Em 1979 surge o *Lésbicas Feministas (LF)*, na USP. Essas organizações pioneiras levaram às edições do Encontro Nacional de Homossexuais, nos anos 1980.

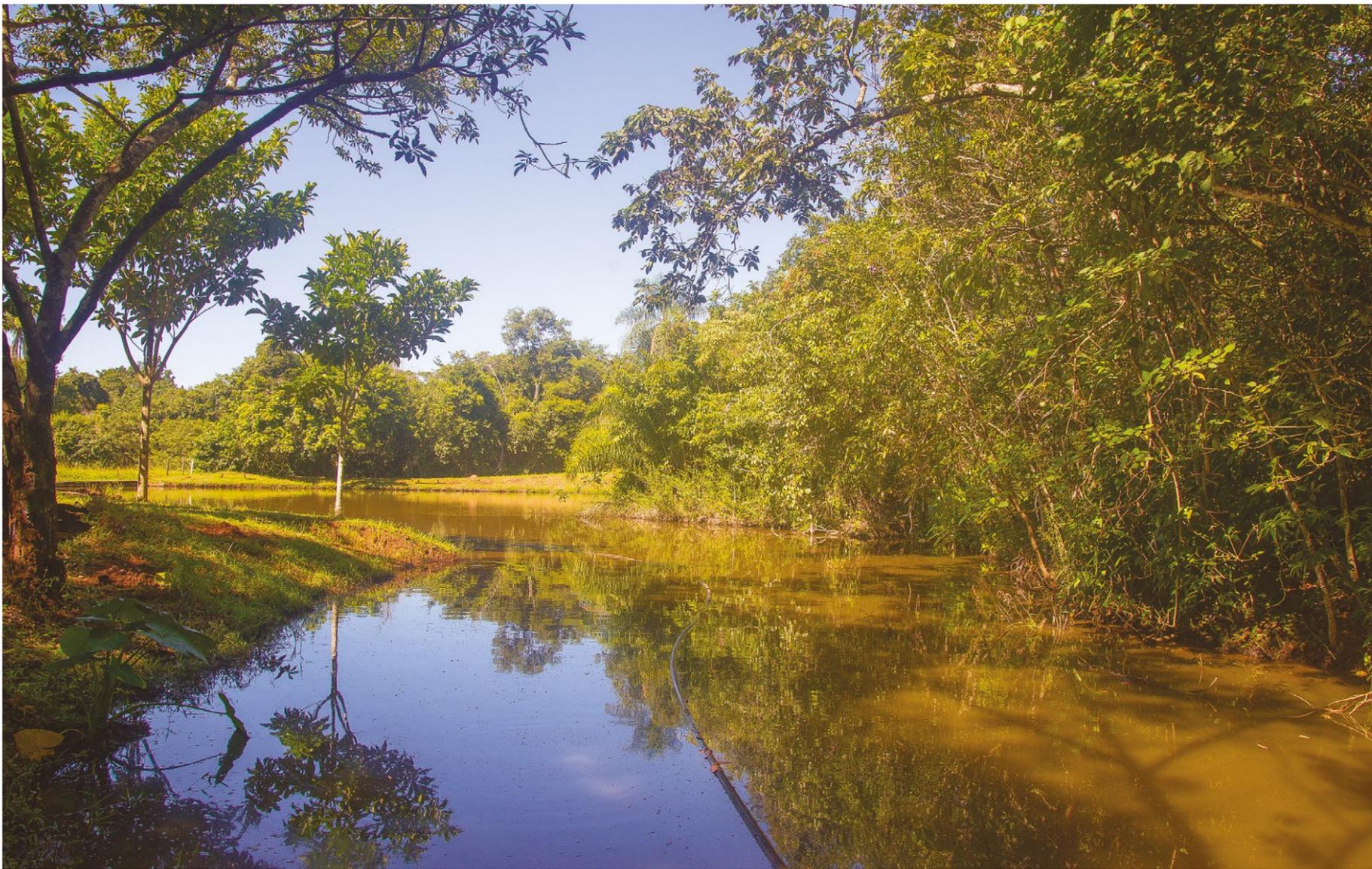
Anos 1980 - Com a epidemia da Aids, o *Somos*, o *LF* e outros grupos pioneiros deixaram de existir e o movimento focou na necessidade de combater o estigma do HIV. Um dos novos grupos, o *Grupo Gay da Bahia*, atua até hoje. Estes movimentos ganharam relevância no cenário político com conquistas palpáveis.

Em 1985 acontece a despatologização da homossexualidade, que já tinha sido reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina cinco anos antes da Organização Mundial da Saúde.

Anos 1990 - A primeira organização política de travestis foi fundada em 1993, no Rio de Janeiro, chamada *Astral* (Associação das Travestis e Liberados). Acontece a primeira parada gay do Brasil, em 1997, na avenida Paulista, em São Paulo.

Anos 2000 - Conquista do direito às cirurgias de redesignação sexual, aprovado pelo Conselho Federal de Medicina em **2002**. Pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a mudança do fenótipo masculino para o feminino começou a ser feita em **2008** e a do feminino para o masculino em **2010**. O primeiro caso de adoção de filhos por casal homossexual no Brasil foi em **2005**. Em **2010**, o Supremo Tribunal Federal definiu que a adoção por casais do mesmo sexo é legal, porém, ainda hoje não é regulamentada por lei. 2011 - O direito de união estável de casais homossexuais foi adquirido. E em **2013** o do casamento civil.

2018 - o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que transexuais podem alterar nome e sexo em todos os documentos sem precisar abrir um processo e sem realizar ou comprovar uma cirurgia de redesignação. Entre as pautas ainda não atendidas, a mais marcante é a da criminalização da LGBTTfobia, para que os assassinatos de pessoas LGBTT, em que o Brasil é recordista, sejam julgados como crime de ódio.



Sede Campestre é reserva do patrimônio natural

Preservação da fauna, da flora e dos lençóis freáticos é essencial para o presente e o futuro

A Sede Campestre do Adufg-Sindicato foi transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). A área de preservação do Cerrado será aberta com trilhas para visitação de escolas, pesquisadores e comunidade. Além disso, será feito o catalogamento das espécies vegetais e animais da região. A Sede Campestre fica na região do Morro Feio, que de feio nada tem, município de Hidrolândia.

Para comemorar a conquista do título, o Sabadart do dia 28 de abril homenageou o professor Heleno Dias Ferreira (ICB) devido à sua atuação na preservação do Cerrado. Para ele, criar a RPPN foi “uma das melhores ideias que o Adufg-Sindicato já teve e pôde realizar”. O professor Beneval Rosa (EVZ) também foi homenageado, com seu nome dado ao lago da Sede Campestre. O lago foi revitalizado e reinaugurado durante o Sabadart.

“Estamos preservando uma pequena parcela do cerrado, mas muito significativa. Eu acredito que o sindicato agiu de maneira muito

correta conseguindo o registro e fazendo investimento num futuro”, afirmou Beneval. Ele é um amante da pesca esportiva e diz que o lago será mais uma opção de lazer para os professores, além de uma oportunidade para ensinar crianças e jovens sobre o cuidado com o meio-ambiente.

O evento reuniu professores, familiares e amigos em um sábado ensolarado com muita música, feijoada, pipoca, piscina e pula-pula para a criançada. A diretoria do Adufg-Sindicato esteve presente em peso e, com outros professores, plantou mudas de árvores e frutas do cerrado, como Ipê e Ingá, na beira do lago.

O presidente do sindicato, professor Flávio Alves da Silva, lembrou a importância da Sede Campestre para o lazer dos filiados. “É um espaço que foi pensado para realmente atender os professores e professoras. Nenhum outro sindicato de professores do Brasil tem a estrutura oferecida na Sede Campestre. Isso tudo a custo zero. A infraestrutura oferecida aqui é muito

boa, com chalés, quiosques, salão de festa, piscina, lago para pesca, horta e um amplo pomar. Esse é um patrimônio nosso, dos professores das universidades federais de Goiás, que queremos manter, agora ainda mais com a RPPN”, disse.

Preservar é urgente

O professor Heleno Dias enfatiza que o desmatamento atual no Brasil tomou proporções muito grandes e que é fundamental defender e preservar o que for possível do Cerrado. Em meio à atual crise hídrica no país relembra a importância de se conservar a vegetação nativa e ciliar. “As plantas são os organismos vivos da maior importância que temos por uma série de fatores. Desde controle de erosão, infiltração de água, elas protegem contra o vento, a fotossíntese que fazem resgatando carbono da atmosfera. Essa área é valiosa”, explica.

Ele destaca que em todos os lugares com crise de abastecimento, os reservatórios sofreram

desmatamento nas redondezas. “Aqui nós temos o problema das águas secarem, de diminuir o leito, alguns córregos secam completamente durante a estiagem e isso tem aumentado”, narra. Investir na reserva é não apenas investir no futuro, mas no presente também: “Essa preservação é muito importante para o lençol freático, porque o desmatamento contribui para a redução do lençol, que por sua vez reduz a absorção de água. É um investimento para o presente e para o futuro, porque o que está acontecendo agora, nós estamos sentindo”, conta Heleno, “essa reserva contribui para amenizar o que já está acontecendo. Ela ameniza esses problemas, principalmente na região”.

Outro ponto positivo é a conservação da fauna e flora locais. “Estamos protegendo essas espécies que estão presentes nessa região. Ela é uma amostra do que tem aqui na região de Goiânia, do que nós temos aqui. Ou tínhamos”, finaliza Heleno.

Histórico de uma conquista

A RPPN foi oficializada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima) em novembro de 2017.

O espaço foi adquirido em 1991, no final da presidência da professora Maria Ieda Burjack. A economia do Brasil trepidava e o intuito era investir o dinheiro do sindicato. “Recebemos um dinheiro inesperado do imposto sindical”, lembra Burjack. “Foi discutido se teríamos uma sede social ou administrativa e os professores preferiram uma área de lazer”, conta Burjack. Ela lembra que não foi fácil encontrar o lugar, pois tinha que ser próximo a Goiânia.

Na gestão 2003-2005 o espaço começou a tomar a forma atual, com os primeiros chalés. “Antes tinha uma varanda pequena, uma cozinha, alguns quiosques e a piscina. Mas não tinha churrasqueira, não tinha infraestrutura para passar a noite lá, a não ser que quisesse acampar”, conta o ex-presidente Fernando Pereira. O lugar era pouco frequentado e foi necessário melhorar a estrutura. “Senão não tinha sentido manter a sede campestre e devíamos vender”, conta. A construção dos chalés, a compra de móveis para os quartos e a reforma dos banheiros foram em 2004.

A ideia de transformar a sede em área de preservação foi na gestão 2009-2011, a segunda presidência de Fernando. “Quem incentivou muito na época foi o professor César. Ele tinha um grupo de escoteiros, eles iam muito pra lá. Aí começamos a conversar sobre isso”, lembra o professor, que disse estar satisfeito com a RPPN, um benefício para o Estado de Goiás.

O início do processo de transformação em reserva entre 2011 e 2014, na presidência da professora Rosana Borges. Na gestão anterior, Rosana era vice-presidente e lembra que a ideia surgiu com novos debates sobre a função do lugar. “Havia uma proposta de vender a Sede Campestre. A minha diretoria debateu o assunto, porque é um patrimônio do Cerrado”, conta a professora, “tirando a área construída, todo o resto é área de preservação”.

O atual presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, reforçou o processo de conquista do título de Reserva. “Desde o início participei da luta para a preservação desse espaço, ainda em gestões anteriores. Como presidente, essa foi uma prioridade que o sindicato teve para os professores. Esse espaço é patrimônio material e imaterial. Enfim, em dezembro do ano passado, conquistamos a RPPN. Hoje celebramos esse esforço com orgulho”, disse.



A pequena Laura fez balé na piscina



As crianças, como sempre, tiveram diversão de sobra



É claro que não poderia faltar a tradicional feijoada



Presidente Flávio Alves da Silva (esq) retomou a história



Professora Ormezinda e o Coral Vozes do Adufg



Professores Heleno Dias (ICB) e Beneval Rosa (EVZ)



Plantio de mudas do cerrado



Professora Luciana de Oliveira (FL) e convidadas



Anatoly Kravchenko (EA) e Fernando Kratz (ICB)



19ª diretoria homenageou professores

Fotos: Bárbara Zaiden

Ensino superior gratuito sob novas ameaças

Professores questionam a EC 95 e as justificativas para cobrança de mensalidades do Governo Federal

Bárbara Zaiden

Relatório feito pelo professor Nelson Cardoso Amaral, da UFG, demonstra contradições nas justificativas do Governo Federal para defender a cobrança de mensalidades nas universidades brasileiras. Já o professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e secretário e Diretor de Políticas Educacionais do Proifes-Federação, Gil Vicente, afirma que a Emenda Constitucional (EC) 95 vai comprometer o ensino superior público.

O ensino superior gratuito no Brasil está novamente sob ameaça. Desde que o presidente Temer assumiu a presidência, os jornais voltaram a tocar no assunto, que ficou suspenso durante 13 anos. A cobrança foi defendida ida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, mas foi deixada de lado pelos governos do PT.

No ano passado, a ex-secretária-executiva do Ministério da Educação (MEC), Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu abertamente o assunto durante reunião com o Proifes-Federação. O JP publicou com exclusividade: "Sinto muito, mas vamos ter que cobrar [mensalidades]", disse. Maria Helena foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) durante o governo FHC e pediu exoneração do MEC esse ano.

Renda familiar

No relatório do professor Nelson Cardoso, ele contesta um documento do Banco Mundial de novembro de 2017, especificamente o capítulo sobre o financiamento da educação brasileira. Nele, é defendida "a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas". O argumento é de que "A pequena minoria de estudantes que frequentam (sic) universidades públicas no Brasil tende a ser de famílias mais ricas que frequentaram escolas primárias e secundárias privadas".

Nelson combate a afirmação de que estudantes de universidades brasileiras são, em sua maioria, oriundos de escolas privadas e de famílias ricas. Afinal, 51,42% dos alunos pertencem aos estratos mais baixos de renda, considerando até três salários mínimos. Os

51,42%

os alunos pertencem aos estratos mais baixos de renda, considerando até três salários mínimos



Gil Vicente defende a destinação dos 10% do PIB para a educação brasileira

dados são da *IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultura dos estudantes das IFES*, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

"A questão é que toda vez que se fala da dificuldade financeira das universidades federais, vem essa conversa da cobrança de mensalidade. Isso já tinha acontecido com outro documento do Banco Mundial de 1995, mas até hoje não foi possível acatar. É uma mudança constitucional", afirma o professor Nelson.

Ainda segundo o documento Banco Mundial, a estimativa é que as universidades consigam arrecadar 30% do orçamento total com recursos próprios. Segundo o professor, os orçamentos das 68 universidades federais somam quase R\$ 64 bilhões. Ou seja, cada universidade precisaria arrecadar quase R\$ 11 bilhões com mensalidades.

"Quando você faz um cruzamento entre esse valor arrecadado, a renda da população e o perfil dos estudantes das federais, você repara que para arrecadar esse valor seria impossível. Isso comprova que a educação superior requer valores substanciais da sociedade", completa. Segundo os cálculos, seria necessário que as famílias dos estudantes das Ifes comprometessem 24,2% da renda bruta com mensalidades.

EC 95

Se não for revertida, a Emenda Constitucional 95 (ou PEC do Teto dos Gastos) terá como resultado a inviabilização do ensino superior público no Brasil. A afirmação é do professor Gil Vicente, do Proifes-Federação. A fala foi durante a conferência "EC 95: O Colapso da Pesquisa e da Educação no Brasil", que ocorreu em Porto Alegre em 03 de maio. As informações são do jornal Sul 21.

"Você não resolve esses problemas a menos que você diga: 'Não é mais inconstitucional dar recursos para as áreas sociais. Se a gente não mudar isso, não tem futuro a educação. As universidades vão ter que discutir o que a grande imprensa já tá falando, estudantes vão ter que pagar. A mesma velha história que os setores reacionários sempre disseram'", afirmou o professor.

Para o período entre 2016 e 2026, os gastos do Governo Federal com pagamentos de juros e encargos da dívida devem subir de 3,5% para 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Com a PEC 95, que afeta áreas sociais e limitação a reposição à inflação, essas áreas devem passar de 8% para representar apenas 5,5%.

De acordo com o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, 10% de todo o PIB deveria ser investimento na educação brasileira. Afinal, em 2000 esse valor era de

apenas 4,5%. De acordo com Gil, em 2014 esse percentual chegou a 6% e o último dado disponível aponta para recuo para a casa dos 5,5%. Ou seja: regredimos para o mesmo patamar de 2010, oito anos atrás.

Mais problemas

O professor Nelson Amaral ainda falou sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que foi levado em consideração pelo documento do Banco Mundial ao defender a cobrança de mensalidades. "O Enade é uma prova de larga escala. E toda prova de larga escala tem seus problemas na forma com que ela é aplicada e mensurada nos seus resultados", afirmou Nelson. Ele ainda disse que, se baseada nesse aspecto, as mudanças envolvem transformação na grade curricular e no trabalho dos docentes.

Já Gil Vicente atentou para as possibilidades de financiamento das Ifes, como complemento aos orçamentos. Segundo ele, os 10% do PIB para a educação são necessários para viabilizar a universalização da educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis. Ele alerta: as dificuldades em comprimir ainda mais os gastos sociais, o resultado será uma forte pressão sobre os investimentos nas universidades, que, na verdade, já vem ocorrendo nos últimos anos.

Comissão do ICB questiona reavaliação de percentuais

Bárbara Zaiden

Temporalidade das avaliações e inclusão de agentes físicos e biológicos foram sugeridas

A Comissão de Insalubridade do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) elaborou uma resposta à proposta da reitoria e do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) para reavaliação dos níveis de insalubridade a que docentes e técnico-administrativos estão expostos. É uma série de sugestões para tornar o processo mais justo e atender às demandas dos docentes. O documento foi entregue no dia 10 de maio.

Após ações da assessoria jurídica e da diretoria do Adufg-Sindicato, além de pressões dos docentes, a reitoria propôs um cronograma para a avaliação das condições de trabalho, com ajustes em equipamentos e instalações de laboratórios. Além disso, será iniciado o processo para a contratação de uma empresa para realizar a avaliação quantitativa dos níveis de insalubridade, a depender do acordo firmado entre a comissão e a reitoria. Esse processo ocorreu após a redução do percentual de insalubridade de todos do ICB de 20 para 10%, ainda no final do ano passado.

A Comissão de Insalubridade justifica que o cronograma proposto não apresenta critérios para a definição de uma ordem de avaliação. A diferença de tempo entre as avaliações de cada docente pode afetar o princípio de isonomia entre os professores. A sugestão é um sorteio entre as unidades para definir a ordem das avaliações. Além disso, o levantamento de dados e a proposta de capacitação dos docentes para realizar avaliação de risco devem ocorrer simultaneamente.

Um dos maiores problemas encontrados pela Comissão está no Documento de Instrução de Trabalho para Ciência do Servidor. Ele é um informativo para os docentes do ICB sobre o processo de levantamento e medição dos agentes químicos das unidades da UFG. Para que



Professores Fausto, Gustavo e Ivan e estão na Comissão de Insalubridade do ICB

esse levantamento seja possível, é necessário preencher o Formulário de Levantamento de Agentes Químicos para Identificação do Grupo Homogêneo de Exposição (GHE).

É aí que entra outro conflito: o formulário deve ser preenchido pelos próprios professores e técnico-administrativos que, ao assinarem, assumem inteira responsabilidade pelas informações. O argumento da comissão é simples: “não consideramos cabível responsabilizar a pessoa que preenche o formulário por qualquer razão, uma vez que não temos a prerrogativa para realizar esse levantamento”, afirma o documento entregue ao Siass.

“Tem um rigor técnico necessário para fazer essas avaliações [de produtos químicos]. Nenhum docente ou técnico-administrativo é qualificado ou treinado pra isso. Então tem algumas discrepâncias que mereciam um pouco de atenção. É preciso um pouco mais de calma para se avaliar isso”, explica o professor Fausto Nomura.

Os professores explicam: a Lei de Insalubridade no Brasil foi elaborada tendo como foco os trabalhadores CLT, que normalmente elaboram o mesmo trabalho constantemente. Geralmente eles utilizam os mesmos produtos químicos, reagentes e materiais. Contudo, na universidade, as pesquisas exigem mudanças constantes.

“A pesquisa é muito diversa e muito dinâmica. Um projeto te abre várias perguntas e, para responder a essas perguntas, você vai usar outro tipo de metodologia, outro tipo de reagente”, explica o professor

Ivan Campos. A preocupação é que a análise seja feita agora e nunca mais retomada. O cronograma de reavaliação par todas as unidades, proposto pela universidade, vai até o ano 2020. O prazo é longo. E, até lá, muitas mudanças podem ocorrer. “Há dois anos eu usava reagentes A, B e C. Agora eu uso agentes D, E, F. Então é uma preocupação nossa”.

Há ainda a necessidade de revisão de agentes biológicos e físicos. Mas isso não consta no formulário do Siass. “O formulário disponibilizado não inclui essas outras categorias, o que gera a dúvida se serão consideradas durante o processo. Entendemos que é a oportunidade para que o levantamento seja realizado da forma mais ampla possível e, portanto, esse formulário deve ser modificado para incluir essas categorias de risco”, afirma o documento da comissão.

Ainda é solicitado pelos professores do ICB que seja seguido o modelo de normas da American Conference of Governmental Industrial Hygienists (ACGIH). A justificativa é de que as publicações da agência internacional são revisadas com maior frequência do que a legislação brasileira. E que a Justiça do Trabalho aceita essa avaliação. Além disso, “vão reduzir potenciais divergências entre os avaliadores e avaliados”, diz o documento.

Até o fechamento do JP o Siass não se posicionou sobre o assunto. A Comissão de Insalubridade do ICB é formada pelos docentes Cristina Mascioli, Fausto Nomura, Gustavo Pedrino, Ivan Torres, Renan Leles, e Sérgio Sibov.

Processo de avaliação

Etapas propostas pela Comissão para todo o processo de reavaliação da insalubridade:

- 1 Levantamento dos agentes físicos, químicos e biológicos
- 2 Levantamento e divulgação das Fichas de Informação dos Produtos Químicos (FIPO)
- 3 Treinamento para o preenchimento dos formulários de riscos físicos, químicos e biológicos
- 4 Elaboração do plano de prevenção de riscos e acidentes (RPPA)
- 5 Elaboração do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT)
- 6 Publicação e divulgação do PRPA + LTCAT: versão prévia para consulta e revisão
- 7 Publicação e divulgação do PRPA + LTCAT: versão final
- 8 Indicação por ambiente de riscos e equipamentos de proteção individual recomendados
- 9 Reenquadramento dos professores e técnico-administrativos nos percentuais de insalubridade

Diretor do Adufg é eleito presidente do Conselho Fiscal do Proifes

O professor Abraão Garcia Gomes foi eleito presidente do novo Conselho Fiscal do Proifes-Federação. O professor é aposentado do IPTSP e atualmente é diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensão do Adufg-Sindicato. Ele vai atuar ao longo da gestão 2018-2021.

“Toda a parte executiva passa pelo presidente, que convoca as reuniões. Estamos próximos de Brasília, temos a facilidade de ir e vir. Por isso é muito importante participarmos. [...] Esperamos que continuemos assim, gastando

os nossos recursos com responsabilidade e de acordo com as finalidades estatutárias”, afirmou o presidente Abraão.

Segundo o presidente, professor Abraão Garcia, o Conselho Fiscal analisa todas as contas, levando em consideração as finalidades dos recursos arrecadados pelo Proifes-Federação. Enquanto a auditoria trata da questão legal, o Conselho tem enfoque na aplicabilidade dos recursos, do ponto de vista político. A Comissão Executiva analisa as contas e o Conselho leva tudo para aprova-

ção do Conselho Diretor (CD) da federação. Ele ainda disse que as contas avaliadas até o momento estão regulares.

Os conselheiros eleitos foram os professores Ciro Bachtold (Sindiedutec), Auristela Felix de Oliveira Teodoro (Apub-Sindicato), Renato José de Moura (ADUFSCar-Sindicato), Leonardo Silva Soares (Sindufma), Luam de Oliveira Santos (Sindiproifes) e Paulo Artur Silva (ADUFRGS). As eleições ocorreram no dia 7 de abril na sede do Proifes-federação, em Brasília.

Macloys Aquino



Professor Abraão Garcia, presidente do Conselho Fiscal

Pós-graduando do CEPAE desenvolve aplicativo para o ensino de artes visuais

O professor vinculado à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc), Santiago Lemos, desenvolveu um aplicativo para o ensino de Artes Visuais. O jogo, chamado *Dalí eX*, é um Role Playing Game (RPG) que pode ser baixado gratuitamente para celulares. “Eu já havia trabalhado com recursos tecnológicos e sentia falta de um jogo ou outro recurso didático assim”, conta ele. Esse trabalho foi resultado do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da UFG, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE).

O programa ensina, para estudantes de todas as idades, o mesmo conteúdo que de um livro didático de Artes, mas sem a estrutura



Bárbara Zaiden

Santiago Lemos desenvolveu o Dali Ex durante mestrado no Cepae

linear e formal de um curso tradicional. O jogo possui uma estrutura narrativa dividida em quatro partes: tutorial, educação estética, ensino de artes visuais e desfecho. O professor atua no ensino fundamental público do Estado e também no

programa de formação continuada de professores, da Seduc. Santiago agora incentiva professores, alunos e pais a experimentarem o *Dalí eX* como uma forma diferenciada de aprendizado de artes para crianças e jovens. O pintor espanhol Salvador

Dalí é utilizado como foco temático. Segundo Santiago, a escolha é porque Dalí foi esteticamente diverso nas suas obras. “Dalí não ficava só na pintura. Ele fazia esculturas, instalações, ele fazia vídeo, ele fazia muita coisa”, explica o pesquisador. O projeto foi orientado pela professora Maria Alice Carvalho.

E foi muito trabalho: Santiago desenvolveu o jogo aprendendo a programar usando tutoriais da internet, acessando fóruns e utilizando ferramentas para desenvolvedores iniciantes, como programa GameMaker. “Foi sozinho. O trabalho em si pesado foi no jogo. Gastei semanas e semanas. Foi bem árduo, muito trabalhoso e há programas que facilitam a produção de jogos”, conta.

GT de Direitos Humanos define agenda para 2018

O Grupo de Trabalho (GT) de Direitos Humanos, Raça, Etnicidade, Gênero e Sexualidades do Proifes-Federação definiu uma agenda de atividades para 2018, com debates e ações pontuais.

A reunião ocorreu em Brasília no dia 27 de abril. Foi discutida a organização de um encontro nacional no segundo semestre deste ano, com previsão para ocorrer no RN ou no RS. Além da elaboração de uma proposta de formação em Direitos Humanos, em âmbito nacional, com cursos, minicursos, eventos e oficinas. Outra proposta são os encon-



Adurn-Sindicato

contros regionais do GT, com o objetivo de ampliar o debate sobre o tema, incluindo questões sobre assédio, discriminação, preconceito, além de temas relacionados a raça, gênero e sexualidade.

Foi feita uma avaliação ativi-

dades realizadas durante o primeiro ano de atividades do GT. O professor Magno Medeiros é o representante do Adufg-Sindicato no GT e ressalta a importância dessa participação.

“Isso permite estabelecer uma interlocução produtiva com

outros sindicatos e com colegas de diversas instituições de ensino superior. Além de interlocução acadêmica, institucional e política, a participação ampliada reforça a luta coletiva em nome de uma causa premente na contemporaneidade: a proteção e defesa dos direitos humanos e dos direitos de cidadania”, disse Magno.

Estiveram presentes na reunião, além do professor Magno, docentes do Adufg-Sindicato, Apub-Sindicato, Adurn-Sindicato, Adufrgs Sindical, ADUFSCar Sindicato, SindProifes, APUBH e APUFSC.

Busca pela integração entre docentes

Após a criação, diretores lutaram pelo papel da universidade e a união da classe

“A primeira greve começou aqui”, conta o professor Marco Antônio Sperb Leite, apontando para o chão, mas falando do então Instituto de Matemática e Física (IMF) da UFG. “Começou na minha sala, inclusive, no IMF. Fomos até a sala do Juarez Milano e falamos: ‘vamos fazer greve’”. Muita luta e engajamento pela carreira docente e também pela universidade, foi como o professor definiu a sua diretoria, a segunda eleita do Adufg-Sindicato. “Pintou um movimento interessante que tinha como foco lutar pela universidade pública e não pelos professores. Tinha um sentido amplo”, conta. Sperb Leite declarou, ainda, que a situação da época, em certos aspectos, se aproxima da atualidade: “a universidade pública passa por um momento extremamente delicado”.

Ele destaca a mobilização ao redor da primeira greve e o medo, pois para dar certo, a categoria precisa apoiar a ideia em massa. “Naquele momento, se demitisse uns três – incluindo eu e a Mindé – acabava a greve”, destaca. Para os dias de hoje, Sperb Leite acha que falta discutir mais a universidade pública e uma docência mais preocupada com o ensino público do que com a carreira. Ele chama atenção para o fato de que, na época, o movimento docente era composto por professores de diversas visões políticas e que ele não vê esse engajamento da mesma forma. “Hoje estamos deixando de lado a discussão da universidade pública, aberta e ligada aos interesses da população”, afirmou. A categoria parece estar muito presa à discussões burocráticas, completa o professor.

A sede da associação que foi primeiro em uma sala emprestada da FM e depois no porão da FE. Era humilde, mas Sperb Leite acredita que havia grande significado: “Era um negócio dentro da universidade. Quando começou nós defendíamos ficar dentro da universidade para integrar, porque nós somos donos disso aqui, no sentido amplo”. Mas ele admite que os tempos e elogiou o sindicato por ter se mantido plural e sem vínculos partidários, o que ele diz ser o começo do fim para qualquer associação.

“Outra coisa muito impor-



Bárbara Zaiden

Marco Antônio Sperb Leite foi presidente entre os anos 1981 e 1983

tante é que nunca, dentro da Adufg, você viu um cartaz político. A gente tinha clareza absoluta de não misturar as coisas, porque se você partidariza uma associação, se lascou a associação”, argumenta. Hoje, ele acredita que a classe precisa se unir mais para lutar de uma forma mais eficiente e que não adianta apenas reclamar. “Vejo um certo encastelamento da UFG, muito longe da sociedade, da realidade. Falta essa ligação. Falta planejamento”, finaliza, dizendo que cabe aos professores e ao sindicato pressionar por isso.

Sobre a movimentação da época, ele destaca o papel do IMF, já que professores o Instituto que eram ligados a instituições de São Paulo, do Rio e de outros centros traziam informações que ajudaram o movimento goiano a se integrar e se posicionar nacionalmen-

te. Eles conseguiram dar projeção para a UFG, que ficou nacionalmente reconhecida.

Transição

Após Sperb Leite, quem assumiu a presidência entre 1983 foi o professor Américo Tristão, também do IMF, que ingressou na UFG apenas em 1980, mas que já possuía um engajamento progressivo desde o movimento estudantil nos anos 1970. Tristão pegou um período nacional curioso em que o processo de abertura estava no fim e a democracia se avizinhava. “Foi um processo coletivo, de bastante mobilização. Goiás tem uma tradição política importante”, destaca.

Ele também chamou atenção para a pluralidade sua diretoria e da diretoria anterior. “Uma coisa muito importante é

que você tinha um conjunto de posições políticas muito diversas, com visões bastante amplas da sociedade na chapa”, relembra. Tristão disse que é difícil explicar a efervescência política da época, quando diversos movimentos estavam se organizando e dialogando entre si, no crepúsculo da ditadura: “Já no final do processo de abertura do Geisel, havia toda uma grande movimentação sindical, com a greve dos metalúrgicos, com a formação da CUT. O movimento docente e os movimentos sociais estavam passando por um processo muito rápido de autonomia e crescimento”.

Isso não significa que o sindicato não enfrentava problemas. “Os obstáculos eram diversos: ainda vivíamos várias restrições no serviço público, dificuldades de enfrentamento, muitos anos de atraso em legislação, mas nada disso nos impediu de ir em frente”, disse. Mas foi um período de muita mudança, união e, especialmente, de otimismo. “Essa transição foi um processo muito rico e muito complexo”, comenta. “Havia um espírito bastante forte de integração dentro da universidade, uma visão muito otimista da realidade: estávamos vivendo todo aquele processo de desagregação do regime militar, tivemos as primeiras eleições mais livres em 1982, voltaram todas as lideranças políticas exiladas”.

Sobre a declaração de Sperb Leite sobre o engajamento do IMF, Américo é mais diplomático e agregador: “Isso aí é muita falta de modéstia (risos)! Éramos, éramos, mas havia muita gente bastante engajada em outras unidades, como o pessoal da Educação. Tanto que a sede da Adufg era lá”. Mas ele relembra que o engajamento dos docentes era grande e que englobava todas as unidades e mesmo fora da UFG. “Tinha um corpo de professores muito importante que veio de todos os lugares [da universidade] com grande maturidade, vivência militância. Era um espírito que estava espalhado pela universidade e também na Católica, que tinha uma tradição, uma riqueza de engajamento muito grande”, finaliza Américo.

Xilogravuras de livro da UFG vão para Museu da Imprensa Nacional

Peças foram usadas na produção de *O Cerrado em Jornalismo, Tipografia e Cordel*, idealizado por professores da FIC

O Museu da Imprensa Nacional, em Brasília, reúne diversas peças, aparelhos, tipos móveis e muitos outros artigos históricos da imprensa do Brasil, desde quando ela foi implantada, em 1808. Agora, o museu vai incorporar ao seu acervo as peças tipográficas usadas na composição do livro *O Cerrado em Jornalismo, Tipografia e Cordel*, produzido pela Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) e pela Faculdade de Artes Visuais (FAV) com organização dos professores Rosana Borges e Vanderley Gouveia, ambos da FIC. Rosana conta que está muito honrada de ter peças produzidas por seus alunos ao lado de objetos importantíssimos da história da imprensa brasileira. “Lá tem, por exemplo, o prelo Machado de Assis, que veio na nau Merluza com a comitiva da elite portuguesa fugindo de Napoleão”, afirma.

Outro aspecto importante é que os objetos serão as primeiras xilogravuras do museu. Uma cópia do livro também será doada e tudo ficará exposto em Brasília. A professora também lembrou da importância do Adufg-Sindicato para o livro. “Conseguimos imprimir com o apoio do Adufg, que teve um papel importante contribuindo para a impressão desse livro”.

E não foi qualquer impressão: ela foi realizada manualmente pelo Ateliê Tipográfico da UFG e as xilogravuras foram feitas pelo Ateliê Livre de Gravura da FAV, capitaneado pelo professor Zé César. A professora também lembra que o material foi fruto de três disciplinas, com os cordéis sendo escritos por alunos do Curso de Jornalismo da FIC. A ilustração da capa é de autoria de Helder Amorim.

“Na minha tese de doutorado eu estudei o discurso jornalístico sobre o Cerrado. E aí eu percebi que no sertão a notícia chegava pelo cordel, porque as redes de comunicação eram muito falhas”, conta a professora. Ela decidiu, então, ofertar uma disciplina para discutir jornalismo e Cerrado. “A gente trabalhou notícias sobre o Cerrado em sala de aula e aí a proposta era que cada grupo de estudantes escrevesse um cordel e encerramos a disciplina dessa maneira”. Foram ofertadas, depois, mais duas disciplinas que continuaram o projeto até a sua finalização, concluindo a produção em um ano e meio. A primeira edição do livro foi publicada em 2016.

O Cerrado em Jornalismo, Tipografia e Cordel

Rosana Borges e Vanderley Gouveia (org.) Ateliê Tipográfico-UFG/ 96 páginas

O livro reúne dez cordéis escritos por alunos de Jornalismo da UFG, baseados em dez notícias envolvendo o Cerrado, retiradas de grandes veículos da imprensa nacional. Entre os temas abordados estão meio ambiente, o avanço do agronegócio e as tentativas de preservar este bioma. Além dos versos, o livro também conta com xilogravuras originais produzidas pelo Ateliê Livre de Gravura da FAV.

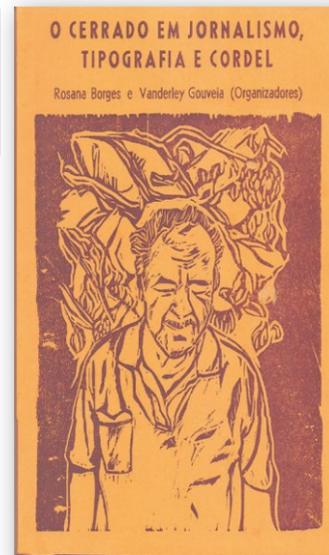


Ilustração de Fabiana Queiroga



Ilustração de Ilda Santa Fé

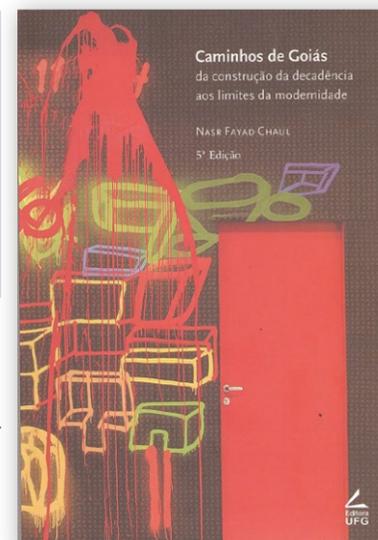


Ilustração de Simone Simões

Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade (5ª edição)

Nasr Fayad Chaul
Editora UFG/ 296 páginas

Caminhos de Goiás é uma leitura obrigatória para os interessados na história goiana. Seguindo minuciosamente o itinerário de viajantes que percorreram a região no Século XIX, o autor questiona as representações de pobreza e decadência que definiram a historicidade da região. Mais do que simples fonte histórica, a literatura produzida pelos viajantes assumiu a posição de verdade incontestada na produção historiográfica local. A ideia de decadência e estagnação, elevada à dimensão de conceito, transformou mais de um século de história em pó, como se o testemunho da pobreza de uma região significasse a negação de sua existência histórica. Por essa trilha, o professor Nasr Chaul inicia seu árduo caminho, deparando-se com o berrante e o apito do trem avisando que, enfim, o progresso e a acumulação capitalista aportaram em Goiás. Mais uma vez, presente o autor a carência de mediações. Da ausência de história à acumulação capitalista existe uma espécie de abismo cognitivo, no qual o processo de acumulação é tomado acriticamente como ponto de partida para a compreensão da história regional. Daí em diante coloca-se a discussão do atraso como estratégia política dos grupos conservadores. O quadro está montado: de um lado, os defensores do atraso, de outro, os oligarcas progressistas. Seguindo o raciocínio esboçado impõe-se, por força de razões teleológicas, a vitória do progresso, e com isso simplificam-se, ainda mais, as lutas e conflitos políticos vivenciados durante a primeira metade do século XX. Ao traçar mediações históricas entre movimentos aparentemente díspares, pretende o professor Nasr aprofundar uma via diversa para a compreensão da história local, no intuito de resgatar o nexos econômico e cultural que dá unidade à história goiana. Finalmente os caminhos de Goiás se entrecruzam com Goiânia e a ideologia do progresso assume ares de modernidade. Coerente com seu itinerário, o autor expõe a maneira pela qual se construiu a ideia de urbanidade em uma sociedade predominantemente agrária. Por isso mesmo Goiânia é analisada sob a forma de utopia.



Bruno Destéfano

Fotos: Bruno Destéfano



Aula de pilates foi ofertada para pessoas de todas as idades



Dança circular foi uma novidade no evento, escolhida pelos docentes

Mais Saúde 2018 teve início em Goiânia

Objetivo das atividades é oferecer dicas de tratamento e prevenção de saúde

Pilates, zumba, dança de salão e dança circular foram algumas das atividades oferecidas na estreia do Mais Saúde, que ocorreu no dia 7 de abril na Sede Administrativa do Adufg-Sindicato, em Goiânia. O intuito é dar dicas de prevenção e tratamento de problemas de voz, estresse e dores nas costas, além outras consequência da atividade docente. O evento teve início em novembro do ano passado e, ao longo deste ano, deve acontecer a cada dois meses.

A fisioterapeuta Érika Ferreira ensinou a melhorar o condicionamento respiratório e introduziu movimentos do Pilates durante sua aula. “O interessante é que essa modalidade não tem restrição. Tanto crianças como pessoas da melhor idade, por exemplo, podem participar”, disse. Coreografias de músicas permitiram a continuidade do movimento corporal na aula de zumba com o professor Lucas Portela. Alex



Dança de salão também foi uma das aulas dadas no dia 7 de abril

Marinho e Elvis Augusto coordenaram a dança de salão. A dança circular recentemente foi transformada em prática integrativa de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e por isso também fez parte da programação. A modalidade foi apresentada por Maísa de Nazaré.

“Como professora da EMAC eu sei a importância da integração

do corpo e da música para a saúde humana”, afirmou a professora Elciene Spencieri de Oliveira, que participou das atividades. Já Mary Judy deu destaque à paz e harmonia interior que sentiu ao realizar as modalidades de exercícios. “Sem contar que esse momento de encontro é uma boa forma de se confraternizar saberes”, disse.

Mais sindicato

A diretoria do Adufg-Sindicato, a assessoria jurídica e os professores debateram o processo de criação da Universidade Federal de Jataí. Essa foi a primeira edição do Mais Sindicato, no Campus Jatobá da UFJ, em 18 de abril. Os docentes reclamaram a falta de diálogo da diretoria com a comunidade acadêmica durante a fase inicial desse processo de emancipação da UFG. Confira a matéria completa sobre o assunto na página 6 dessa edição. O Mais Sindicato foi criado com o objetivo de ampliar o debate com as regionais da UFG e as novas universidades. A 19ª diretoria quer ouvir os anseios e as necessidades dos professores que estão no interior e, por isso, promove cafés da manhã e discussões. A próxima edição do Mais Sindicato está prevista para ocorrer no dia 17 de maio na cidade de Goiás..

Diretora do Adufg recebe homenagem do Conselho de Educação

A professora Ana Christina de Andrade Kratz, diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do Adufg-Sindicato, foi homenageada por ter sido a primeira mulher a presidir o Conselho Estadual de Educação (CEE). “Esse papel foi importante na integração com a política de formação de professores”, disse.

Ana Christina lembrou o processo de estruturação do conselho em infraestrutura e no fortalecimento educacional. “Essa construção se deve a atuação de educadores



Ana Christina foi a primeira presidente mulher do CEE

que assumiram o conselho e foram construindo este espaço”, afirmou a diretora durante o evento, que ocorreu no dia 13 de abril.

A professora Laís Tereziinha Monteiro (FE) e a ex-reitora da UFG, Maria do Rosário Cassemiro, também foram homenageadas. “Eu vivi aqui por 12 anos, e foi um período muito bom, eu lutei muito pela educação. Apesar dos meus 80 (anos), se eu ainda puder ajudar um pouco, ficarei muito feliz”, afirmou a professora Laís Monteiro.

Fábio Alves

Uma vida de aventuras

Poeta, professor, motoqueiro, soldado, publicitário, doutor. Muitos são os títulos que se pode atribuir a Goiamérico Felício, o Goia, como é chamado pelos íntimos. Nascido em Goiânia, ele e seus irmãos foram criados sozinhos pela mãe lavadeira e doceira. Ele atribui suas conquistas a muita luta, mas também a felizes acasos que aconteceram na hora certa. “A história da minha vida, como a maioria dos brasileiros que vêm das classes mais desfavorecidas, foi de muita luta”, relembra. Quando aprendeu a ler, aos 11 anos, nunca mais parou: lia jornais e revistas e foi muito influenciado pelo irmão mais velho.

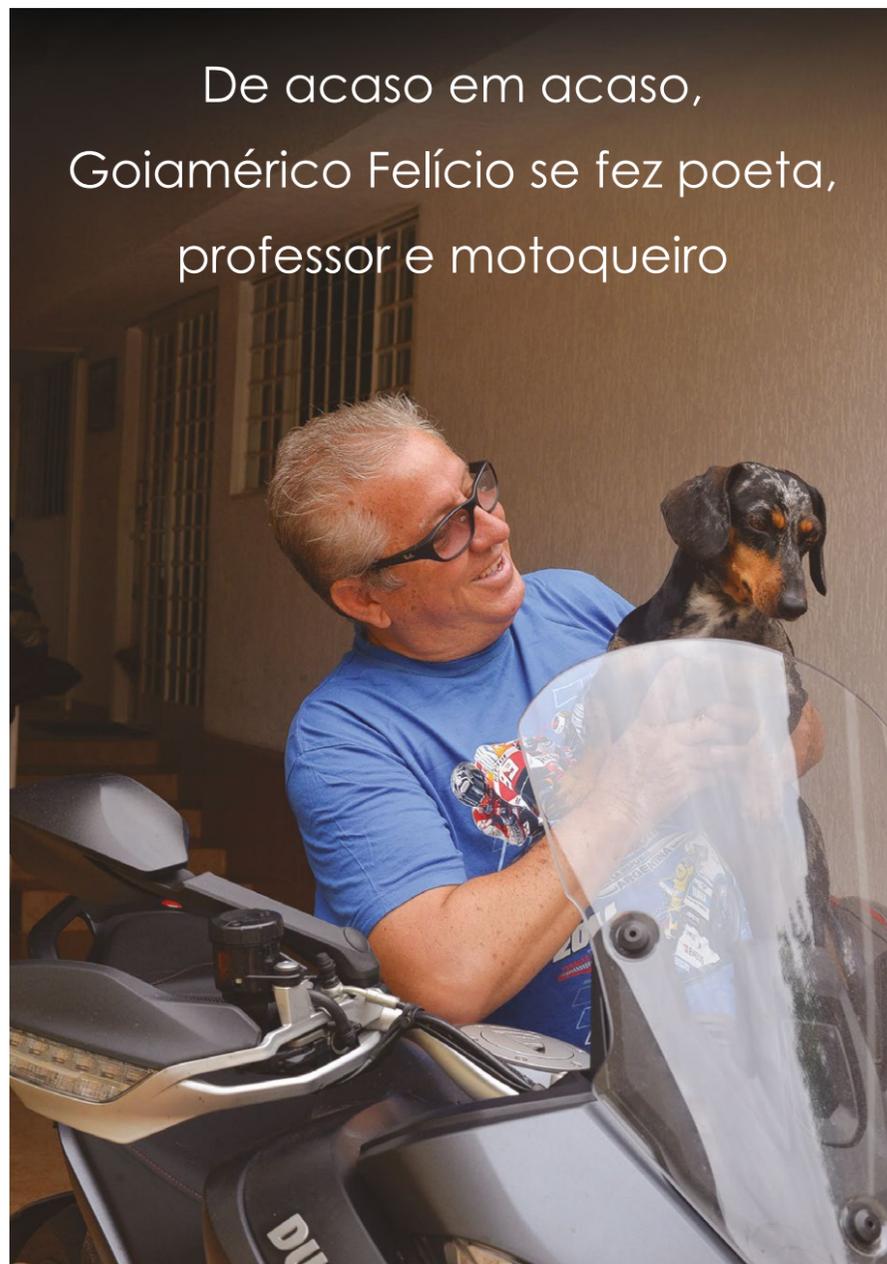
“Ele colocava um livro na minha mão e pedia para eu ler e depois conversar com ele, pra poder andar na moto dele. Aí eu lia, conversava e podia andar na moto”. Mas não era só isso: “A minha mãe sempre disse que a única forma de superação era estudar”. Ali começava a sua formação em Literatura, especialmente baseada em autores russos e franceses, além da aproximação ao movimento estudantil. A influência do irmão fez que eu tomasse amor pela leitura. Um dia ele começou a escrever.

No movimento estudantil veio o primeiro contato com a comunicação. No famoso Colégio Pedro Gomes, em Goiânia, fez parte da criação de um jornal, o *Geração Nossa*. “Era um título dúbio – ‘geração nossa’”, conta. Segundo ele, a experiência serviu para tirá-lo do caminho do jornalismo, pois logo chamou a atenção da Ditadura.

“Não há de ver que a Polícia Federal bateu na minha porta uma madrugada?! E eles estavam com a ideia que nós tínhamos sido treinados em Cuba. Uma paranoia muito grande, e eu nunca havia nem saído de Goiás”, conta. A sorte foi que o jovem Goiamérico tinha amigos influentes. “Quem nos livrou dessa enrascada foram colegas de classe que eram sobrinhos do João Divino Dorneles, que foi deputado estadual e do Daniel Antônio, que foi vereador”, reconta, dizendo que o camburão já estava pronto para levá-los ao 10º Batalhão de Caçadores.

Vida de contradições

Após o colegial, Goiamérico virou soldado e, selecionado outros cem homens, foi combater a Guerrilha do Araguaia, numa experiência que seria traumática. “Eu fiquei com um trauma tão grande! Fiquei perturbado. Não conseguia ler, não conseguia dormir”, relembra. A sa-



Goiamérico com Mia, a cachorra, e Scarlett Johanson, a moto

ída pA=ara essa fase ele encontrou nos versos: mais uma vez encorajado pelo irmão, começou a escrever o primeiro livro, *Funesta Festa*, que teve um efeito catártico. “Ele tem um título ambíguo também. *Funesta festa*: fui nesta festa que foi funesta. Consegui ter essa catarse através da poesia que salvou a minha vida. Eu sempre digo isso”.

A experiência despertou um desejo de aventura, que teve vazão nas motos. “Talvez isso de andar de moto me coloca sempre em teste, em risco, nas situações-limite, vem desse espírito aventureiro porque a minha vida só faz sentido se de algum modo eu correr risco.” Aficionado, hoje o professor possui um modelo Ducati, chamada *Scarlett Johansson*, e uma *Tiger*, chamada *Charlize Theron*. A esposa *Carmelita*, professora da Faculdade de Filosofia (FAFIL), é quem apelida suas motos, “suas amantes”. Passou a frequentar os encontros de motoqueiros em 2011 e de lá pra cá está sempre na estrada. Aposentado, faz viagens curtas quando pode e pelo menos uma viagem internacional por ano, planejada com antecedência.

Buenos Aires, Macchu Picchu, costa do pacífico na América do Sul e várias outras rotas, Goia já percorreu de moto. A mais marcante foi uma aventura pelo deserto do Atacama: 16.200 Km. “Viajar de moto é uma viagem de autoconhecimento, conhecimento do outro e conhecimento do mundo. Você conhece as suas capacidades e limitações porque se você cometer um erro você já era”. No deserto ele enfrentou altas e baixas temperaturas, falta de ar, curvas perigosas, gelo na pista, ameaça da falta de combustível, cruces pela estrada e até lhamas: “Quando você consegue chegar e encontrar um lugar pra ficar você pensa: ‘escapei’”.

A primeira moto de Goiamérico foi uma Yamaha RD 50 cilindradas, presente da mãe. “Ela lavava roupa e guardava um dinheirinho. Sempre tive moto na minha vida. Você vai fazendo upgrades aos pouquinhos”, conta. “Cada tipo de moto é um estilo de vida, uma mentalidade. Se você for num encontro de moto, dá um estudo antropológico fantástico. São estilos e cabeças diferentes”, garante, dizendo que uma vez apaixonado, é impossível parar: “Não existe ex-motoqueiro”.

Homem das letras

A paixão pela poesia o levou a fazer a graduação em Letras quando saiu do Exército, na então Universidade Católica de Goiás. “Não queria ser um pedreiro que ergue paredes, mas um engenheiro das palavras”, conta. Na mesma época, entrou para a publicidade por acaso, quando perdeu o emprego em um momento crítico e, por vergonha de revelar à ex-esposa, saía como se fosse trabalhar mas ia para o estúdio de amigos artistas. “Estava no estúdio de um amigo e ele estava levando uma ilustração para um cartão de Natal de uma agência”, conta. Goiamérico foi junto e lá foi apresentado aos donos da agência, que pediram que ele escrevesse um roteiro “e eu o fiz, mas do meu jeito, com linguagem poética. Fui contratado, recebendo quatro vezes o que eu recebia no outro emprego”.

A agência foi sua faculdade, onde aprendeu tudo: “eu devorei o dicionário de comunicação de fora a fora, lia e relia e tive um crescimento muito rápido”. Mais tarde, novamente encorajado por amigos, foi dar aulas de Literatura e Redação. Terminou a graduação, logo entrou para o mestrado em Letras da UFG, mas abandonou por outra oportunidade de emprego. Na publicidade, ganhou o prêmio Profissionais do Ano. “Fui chamado pelo Washington Olivetto para trabalhar em São Paulo”.

Lá ficou por quatro anos. De volta a Goiás, embarcou de vez na vida acadêmica, mestrado e doutorado em Letras, mas sempre trabalhando com publicidade. E passou a lecionar na PUC-Goiás. Fez o concurso para professor da UFG em 2000, desta vez de Publicidade e Propaganda. Até 2010 ficou dividido entre as duas instituições: Letras da PUC e Comunicação da UFG. Na federal, ajudou a estruturar a pós-graduação que atualmente é sua menina dos olhos, apesar de aposentado. “O mestrado está indo bem, passamos para nota quatro, já estamos com projeto de doutorado”, planeja.

Goiamérico diz que se aposentou apenas da burocracia. Para ele, há um sentimento de retribuição: “fui bolsista no mestrado, fui bolsista no doutorado. Devo tudo à UFG e à PUC. A UFG abriu as portas para mim e me deu todas as condições para o meu crescimento intelectual. É um espaço de trabalho incrível: eu vou lá pro campus e não quero sair”.